



EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE

MACÊDO, Buena Bruna Araujo¹

MACÊDO, Julie Idália Araujo²

Resumo: A educação brasileira tem sido desafiada a enfrentar desigualdades históricas relacionadas às questões étnico-raciais e culturais presentes na sociedade. Nesse contexto, torna-se fundamental discutir a Educação para as Relações Étnico-Raciais como estratégia para a construção de uma escola inclusiva e comprometida com a justiça social. O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da educação para as relações étnico-raciais na formação de professores e nas práticas pedagógicas desenvolvidas na educação básica. A pesquisa adota abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, sendo desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas e documentos oficiais que orientam a educação brasileira. Os resultados evidenciam que a implementação da educação para as relações étnico-raciais contribui para o reconhecimento da diversidade cultural, para o enfrentamento do racismo e para a valorização das identidades presentes no espaço escolar. Conclui-se que a formação docente desempenha papel fundamental nesse processo, sendo necessário ampliar o debate e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a construção de uma educação democrática e antirracista.

Palavras-chave: diversidade cultural; educação antirracista; formação docente; relações étnico-raciais.

1 Mestra em Educação Especial pelo Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *Campus Central*, buenabruna@yahoo.com.br

2 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *Campus Central*, juliidalia@yahoo.com.br



Abstract: Brazilian education has been challenged to address historical inequalities related to ethnic, racial, and cultural issues present in society. In this context, it is essential to discuss Education for Ethnic and Racial Relations as a strategy for building an inclusive school system committed to social justice. This study aims to analyze the importance of education for ethnic-racial relations in teacher training and in pedagogical practices developed in basic education. The research adopts a qualitative and bibliographic approach, based on the analysis of academic works and official documents that guide Brazilian education. The results show that the implementation of education for ethnic-racial relations contributes to the recognition of cultural diversity, to combating racism, and to the appreciation of the identities present in the school environment. It is concluded that teacher training plays a fundamental role in this process, and it is necessary to broaden the debate and strengthen pedagogical practices committed to building a democratic and anti-racist education.

Keywords: cultural diversity; anti-racist education; teacher training; ethnic-racial relations.



1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem sido historicamente marcada por desigualdades sociais e raciais que refletem processos históricos de exclusão, marginalização e invisibilização de determinados grupos sociais. Nesse contexto, a escola ocupa papel fundamental na construção de identidades, na produção de conhecimentos e na promoção de valores relacionados ao respeito à diversidade cultural.

A promoção de uma educação comprometida com a valorização das diferenças encontra respaldo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece como princípio fundamental a promoção da igualdade, da dignidade humana e do respeito à diversidade cultural no país (Brasil, 1988). No campo educacional, esses princípios são reafirmados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, que orienta a organização da educação brasileira a partir de princípios como igualdade de condições de acesso e permanência na escola e valorização da diversidade cultural presente na sociedade brasileira (Brasil, 1996).

No início dos anos 2000, avanços ocorreram no campo das políticas educacionais voltadas para o enfrentamento do racismo. A Lei nº 10.639/2003 alterou a LDB e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica, representando um marco no reconhecimento das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira (Brasil, 2003). Posteriormente, essa perspectiva foi ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena nos currículos escolares.

Com o objetivo de orientar a implementação dessas legislações, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 e regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 01/2004. Essas diretrizes estabelecem princípios e orientações para a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural, com o reconhecimento das identidades étnico-raciais e com o enfrentamento do racismo no contexto educacional (Brasil, 2004).

Além dessas normativas, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais,



publicado em 2009, reforça a necessidade de que os sistemas de ensino promovam políticas de formação docente, produção de materiais didáticos e desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a promoção da igualdade racial na educação (Brasil, 2009). De forma complementar, a Base Nacional Comum Curricular orienta os sistemas educacionais brasileiros a desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e promovam o respeito às diferenças étnicas e sociais (Brasil, 2018).

Nesse sentido, a Educação para as Relações Étnico-Raciais constitui uma estratégia para enfrentar o racismo e promover o reconhecimento das contribuições históricas, sociais e culturais das populações africanas, afro-brasileiras e indígenas na formação da sociedade brasileira. Conforme destaca Munanga (2005), o racismo no Brasil está profundamente relacionado à negação da diversidade cultural e à construção de estereótipos que historicamente marginalizam a população negra.

Além disso, as reflexões de Freire (1996) contribuem para compreender a educação como prática social transformadora. Para o autor, a educação deve possibilitar a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a realidade social e atuar na construção de uma sociedade justa e democrática.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais na formação de professores e nas práticas pedagógicas desenvolvidas na educação básica, destacando sua contribuição para a construção de uma educação comprometida com a promoção da igualdade racial e com a valorização da diversidade cultural...

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica. A pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais a partir da interpretação de significados, valores e relações presentes em determinados contextos históricos e culturais. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade social considerando a complexidade dos fenômenos humanos e as múltiplas dimensões que os constituem.

A investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, que consiste na análise de produções acadêmicas e documentos oficiais



relacionados ao tema investigado. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos e documentos institucionais, permitindo ao pesquisador ampliar o conhecimento sobre determinado tema e construir uma fundamentação teórica consistente.

Além disso, a análise de documentos constitui estratégia metodológica para compreender as políticas educacionais e suas implicações na prática pedagógica. Conforme destaca Chizzotti (2010), a pesquisa em educação deve considerar a complexidade dos fenômenos educativos e as diferentes relações sociais que influenciam os processos de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, foram analisados documentos normativos que orientam a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Brasil, entre eles a Constituição Federal de 1988, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), bem como produções acadêmicas que discutem as relações étnico-raciais, a diversidade cultural e a formação docente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos evidencia que a educação exerce papel central na construção de identidades sociais, culturais e políticas, influenciando diretamente a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Nesse contexto, a escola constitui um espaço social de produção de conhecimentos e valores, no qual são construídas representações sobre a diversidade cultural e as relações sociais. Dessa forma, a instituição escolar pode tanto reproduzir desigualdades históricas quanto contribuir para a construção de práticas educativas voltadas para a promoção da igualdade e do respeito às diferenças.

Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi estruturado a partir de referências eurocêntricas que invisibilizaram as contribuições culturais, históricas e sociais dos povos africanos e afro-brasileiros. Esse processo contribuiu para a manutenção de estereótipos raciais e para a reprodução de desigualdades sociais no interior das instituições educacionais. Nesse sentido, Fanon (2008) destaca que o colonialismo não se limita à dominação territorial ou econômica, atua na produção de subjetividades, influenciando a forma como determinados grupos sociais percebem a si mesmos e são percebidos pela sociedade.



No contexto brasileiro, a criação da Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 representou um marco no campo das políticas educacionais voltadas para o enfrentamento do racismo. Essa legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares da educação básica. A partir dessa lei, buscou-se promover o reconhecimento da contribuição histórica, cultural e social dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira.

Com o objetivo de orientar a implementação dessa legislação, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana por meio da Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004. Essas diretrizes estabelecem que a educação das relações étnico-raciais deve promover o respeito às diferenças, a valorização das identidades culturais e o enfrentamento de todas as formas de discriminação no contexto escolar.

A construção dessas diretrizes contou com contribuições de pesquisadores e educadores comprometidos com a promoção da igualdade racial na educação brasileira. Entre eles destaca-se Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2004), cuja atuação foi fundamental na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A autora defende que a escola deve assumir o compromisso de promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e contribuam para o enfrentamento do racismo no contexto educacional.

Nesse sentido, Gomes (2017) destaca que a educação para as relações étnico-raciais constitui instrumento para a construção de currículos inclusivos e comprometidos com a valorização da diversidade cultural. Para a autora, a implementação dessas políticas educacionais possibilita o avanço de processos de descolonização dos currículos escolares, promovendo o reconhecimento das diferentes matrizes culturais que compõem a sociedade brasileira.

As reflexões de Munanga (2005) contribuem significativamente para esse debate ao enfatizar que o racismo no Brasil está profundamente relacionado à construção histórica de representações sociais que inferiorizam determinados grupos raciais. Para o autor, o reconhecimento da diversidade cultural e a valorização das contribuições dos povos africanos e



afro-brasileiros constituem elementos fundamentais para o enfrentamento das desigualdades raciais.

A discussão sobre o racismo no Brasil é aprofundada por Almeida (2019), que analisa o conceito de racismo estrutural. Segundo o autor, o racismo não deve ser compreendido apenas como atitudes individuais de preconceito, mas como um sistema estruturado de práticas, instituições e relações sociais que reproduzem desigualdades raciais ao longo do tempo. Nesse contexto, a educação desempenha papel fundamental na desconstrução dessas estruturas de desigualdade.

De forma complementar, Carneiro (2005) discute o conceito de dispositivo de racialidade, argumentando que o racismo se manifesta por meio de mecanismos sociais que produzem e reproduzem hierarquias raciais. Para a autora, a construção de uma educação antirracista exige o reconhecimento desses mecanismos e a implementação de práticas pedagógicas que promovam a igualdade racial.

As contribuições de Bento (2022) são relevantes nesse debate ao analisar o conceito de branquitude e os mecanismos sociais que contribuem para a manutenção de privilégios raciais na sociedade brasileira. A autora argumenta que compreender o funcionamento dessas estruturas é fundamental para a construção de políticas educacionais comprometidas com a promoção da igualdade racial.

No campo da cultura e da comunicação, Sodré (2017) destaca a importância de reconhecer a centralidade da cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional. Para o autor, a valorização das expressões culturais afro-brasileiras constitui elemento fundamental para o fortalecimento de uma educação comprometida com a diversidade cultural.

Além disso, as reflexões de Ribeiro (2019) sobre o letramento racial e o feminismo negro contribuem para ampliar o debate sobre as relações étnico-raciais no campo educacional. A autora destaca a importância de desenvolver práticas educativas que promovam a consciência crítica sobre as desigualdades raciais e de gênero presentes na sociedade.

No campo da literatura, as obras de Evaristo (2007) desempenham papel na valorização das experiências e narrativas da população negra. A autora utiliza o conceito de “escrivência” para expressar a relação entre experiência, memória e produção literária, contribuindo para ampliar a representação das vivências afro-brasileiras no campo cultural e educacional.



Dessa forma, a articulação entre políticas educacionais, produção acadêmica e práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural constitui elemento fundamental para a construção de uma educação antirracista. Nesse processo, a formação de professores assume papel central, pois possibilita o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças e contribuam para o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira.

A análise evidencia que as políticas de ação afirmativa têm desempenhado papel significativo no enfrentamento das desigualdades raciais historicamente presentes na sociedade brasileira. Entre essas políticas destacam-se as cotas raciais no acesso à educação superior e ao serviço público, que buscam ampliar as oportunidades de participação de grupos historicamente excluídos desses espaços. A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 instituiu a reserva de vagas nas universidades e institutos federais para estudantes oriundos de escolas públicas, considerando critérios sociais e étnico-raciais, contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior. De forma complementar, a Lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014 estabeleceu a reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos federais, política que foi posteriormente atualizada pela Lei nº 15.142 de 3 de junho de 2025, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da igualdade racial no acesso ao serviço público. Além disso, iniciativas de valorização da história e da cultura afro-brasileira têm contribuído para ampliar os processos de conscientização social sobre o racismo, como o reconhecimento do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Inicialmente instituída como data comemorativa voltada à reflexão sobre a luta da população negra e a valorização da cultura afro-brasileira, essa data passou a ganhar maior reconhecimento ao longo dos anos, sendo adotada como feriado em diversos estados e municípios. Posteriormente, com a promulgação da Lei nº 14.759 de 21 de dezembro de 2023, o dia 20 de novembro foi oficialmente instituído como feriado nacional, reforçando a importância histórica da memória de Zumbi dos Palmares e ampliando as possibilidades de desenvolvimento de ações educativas, campanhas de conscientização e debates públicos voltados para o enfrentamento do racismo e para a valorização da diversidade cultural na sociedade brasileira.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a Educação para as Relações Étnico-Raciais constitui elemento fundamental para a construção de uma educação comprometida com a valorização da diversidade cultural e com o enfrentamento das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. A implementação de políticas educacionais voltadas para essa temática representa um avanço significativo no reconhecimento das contribuições históricas, sociais e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira.

Nesse contexto, a legislação educacional brasileira tem desempenhado papel na promoção da igualdade racial no campo educacional. A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional por meio da Lei nº 10.639/2003, bem como a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, representam marcos na consolidação de políticas públicas voltadas para a promoção de uma educação antirracista.

Entretanto, a efetivação dessas políticas no cotidiano escolar ainda constitui um desafio, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada de professores. A formação docente precisa contemplar reflexões críticas sobre as desigualdades raciais presentes na sociedade, possibilitando a construção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e promovam o respeito às diferenças.

Nesse sentido, as contribuições teóricas de autores como Gomes (2017), Munanga (2005), Fanon (2008), Carneiro (2005) e Almeida (2019) contribuem para compreender o racismo como fenômeno histórico, social e estrutural, evidenciando a necessidade de transformações profundas nos currículos escolares e nas práticas educativas.

Além disso, as reflexões de Freire (1996) reforçam a importância de compreender a educação como prática de liberdade, capaz de promover a conscientização crítica dos sujeitos e estimular processos de transformação social. Nesse sentido, a educação para as relações étnico-raciais deve ser compreendida como parte de um projeto educativo comprometido com a construção de uma sociedade democrática, justa e plural.

As discussões propostas por Bento (2022), Ribeiro (2019) e Sodré (2017) ampliam a compreensão das dinâmicas raciais presentes na sociedade



brasileira, evidenciando a importância de refletir sobre conceitos como branquitude, letramento racial e valorização das matrizes culturais afro-brasileiras.

Constata-se a necessidade de fortalecer processos de formação docente que valorizem diferentes epistemologias e promovam a descolonização dos currículos escolares. A incorporação de referenciais teóricos produzidos por intelectuais negros e negras contribui para ampliar as possibilidades de compreensão da realidade social brasileira e para construir práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da igualdade racial.

A construção de uma educação antirracista exige mudanças no campo curricular e transformações nas práticas pedagógicas, nas políticas educacionais e nas relações sociais estabelecidas no interior das instituições escolares. Dessa forma, a Educação para as Relações Étnico-Raciais constitui um caminho fundamental para o fortalecimento de uma educação democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 03/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996 e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.



BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC/ SECAD, 2009.

CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser: racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

EVARISTO, C. Insubmissas lágrimas de mulheres. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

EVARISTO, C. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SODRÉ, M. Pensar nagô. Petrópolis: Vozes, 2017.



III CONENORT

II CONGRESSO NORTE-NORDESTE PIBID

II FOPER - FÓRUM DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA